

Dinheiro.

Webjet: Gol mantém demissões

A Gol descartou ontem a possibilidade de reverter a demissão dos 850 trabalhadores da Webjet, incorporada à companhia.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
B
gazetadinheiro

A110.835-1

VETA, DILMA!

ROYALTIES DO PETRÓLEO

FÊ NO VETO QUE SALVA ESTADO DO SACRIFÍCIO

Bancadas de Rio e Espírito Santo creem em decisão contra plano

▲ RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

DE BRASÍLIA

As bancadas do Rio de Janeiro e do Espírito Santo apostam no veto parcial da presidente Dilma Rousseff (PT) em relação ao projeto de lei que redivide as receitas da exploração do petróleo e causa um rombo nos dois Estados e seus municípios produtores. Dilma tem até amanhã para decidir.

Segundo o senador Lindberg Farias (PT-RJ), que conversa com assessores próximos a Dilma, a presidente deve vetar os artigos 3º e 4º e os parágrafos 1º e 2º do artigo 2º da lei - são os trechos que permitem alterar o rateio de royalties e participação especial em contratos já celebrados em leilões com as petroleiras. "Espero que ela vete o que está para trás. Com o veto parcial, a presidente vai ter um discurso de equilíbrio federativo, porque mantém o benefício para os Estados não produtores".

Segundo aposta Lindberg, Dilma preservará os contratos de áreas já licitadas, mas vai permitir o rateio geral nos novos leilões, seja em áreas do pós-sal (regime de concessão) ou do pré-sal (partilha). "Na partilha, os Estados e municípios produtores caem de 61,25% para 29%, enquanto a fatia dos Estados e municípios produtores sobe de 8,75% para 49%. Isso é bom para eles e não



População capixaba foi às ruas protestar contra proposta que traria prejuízos para Estado e prefeituras

acredito na derrubada do veto, coisa que nunca vi ocorrer no Congresso".

Já o senador Magno Malta (PR) crê no veto total. "A Ideli (Salvatti, ministra) me disse que Dilma manterá a posição dela, que é de não permitir quebra de contrato". A presidente mantém sigilo total e não tem procurado parlamentares.

Para o senador Ricardo Ferraço (PMDB), o veto parcial será positivo. "Estamos informados do veto parcial, seguido de uma medida provisória da qual não sabemos o teor. Para nós é bom, já que teremos um piso garantido, mesmo que, em novos leilões no pós sal ou no pré-sal ha-

PERDAS

R\$ 10,5

bilhões

São as perdas do Estado até 2020 se projeto aprovado for sancionado.

ja divisão com todos".

A deputada Iriny Lopes (PT) admite que não há sinal algum do Planalto, silêncio que favoreceria os Estados produtores ao evitar o assédio de quem quer a sanção. "Temos a crença no veto ao projeto, mas a presidenta vai evitar interferências na decisão".

CONTRA

Argumentando a ilegalidade de alterar contratos, o governo do Rio é contra a proposta de congelar os valores que já recebe sobre os campos já licitados em 2012 e redistribuir qualquer ganho de produção desses campos, segundo outra negociação que ocorreria em Brasília.

O governador Renato Casagrande foi procurado, mas não retornou.

A deputada Rose de Freitas (PMDB) espera que o veto parcial para proteger contratos seja seguido de MP. "A presidente precisa recuperar o ambiente de acordo que criamos em torno do rela-

tório de Carlos Zarattini, derrotado por poucos votos. Se vai mandar editar a MP como compensação ou garantindo receitas, ela não pode decidir unilateralmente, tem que dialogar".

Não se sabe se essa MP vai permitir o novo rateio em novos leilões; se vai assegurar um piso para os produtores segundo um ano-base; tampouco se estenderá a nova regra de distribuição a áreas concedidas desde que haja incremento na produção - situação que o Rio não aceita.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB) ressalta que deve mesmo haver uma MP pós-veto parcial.

Lado rival arma tática no bastidor

▲ O senador Wellington Dias (PT-PI), autor da proposta original de redistribuição da receita do petróleo que resultou no projeto de lei que aguarda sanção da presidente Dilma Rousseff, anunciou que haverá reação de Estados, prefeitos e parlamentares de regiões não produtoras, em caso de vetos.

Lideranças partidárias preveem o risco de derrubada de eventual veto, apesar das dificuldades políticas para reunir os votos (maioria absoluta da Câmara e do Senado, em sessão conjunta).

Interlocutores do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), afirmam que ele já começou a sofrer pressão para convocar uma sessão do Congresso Nacional destinada à votação dos vetos, caso eles ocorram. Aliados de Sarney acreditam que ele estaria disposto a marcar a votação ainda neste ano. Em fevereiro, Câmara dos Deputados e Senado elegem novos presidentes.

"Governadores de 24 Estados e prefeitos de 5 mil municípios fizeram uma nota em que manifestam a expectativa de que sejam considerados 170 milhões de brasileiros", disse Dias.

A110-835-2

VETA, DILMA!

Acordo garante R\$ 750 milhões

Repasso anual desse valor ao Estado até 2018 está previsto no pacto que congela fatia do FPE

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@reddegazeta.com.br

DE BRASÍLIA

O Senado montou uma articulação de última hora para votar até o fim do ano o novo rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). O acordo de senadores assegura a manutenção de receitas dos Estados até 2018, tendo 2012 como ano-base e o IPCA (de 5,5% a 6%) como indexador de correção anual dos valores.

Isso significa que o Espírito Santo manterá os R\$ cerca de R\$ 750 milhões que deve receber em 2012 na cota de 1,5% do FPE que lhe cabe segundo a legislação atual, afirma o senador Ricardo Ferraço. “Há fragilidades e incertezas, o Senado está agindo tardiamente, mas estamos tentando um acordo polí-

tico para evitar que os Estados tenham esses repasses bloqueados a partir de janeiro”, observa.

No final de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional o sistema de rateio do FPE criado em lei complementar do final de 1989. O fundo, abastecido com recursos federais, foi criado para reduzir desigualdades entre as regiões, mas suas variáveis não foram atualizadas – defasagem que fez o STF limitar a vigência do sistema até o dia 31 de dezembro. Assim, o Senado corre contra o tempo para aprovar a nova regra e escalou Walter Pinheiro (BA), líder do PT na Casa, para relatar os projetos sobre o tema.

Pinheiro já apresentou parecer aos colegas da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que decide o mérito da proposta. Ele propõe congelar as receitas dos Estados até 2016 ou 2018, e só depois disso o Congresso vai elaborar



AGÊNCIA SENADO

Walter Pinheiro é relator de projetos sobre o fundo

uma nova sistemática.

Assim, até 2018, seria mantida a sistemática atual para 90% dos recur-

sos, e os outros 10% seriam repartidos de acordo com apenas dois critérios: a população e o inverso da ren-

da domiciliar per capita. A renda domiciliar foi incorporada do projeto apresentado por Ferraço e três colegas e substituiu o fator atual do PIB per capita, que não reflete a apropriação de renda das famílias.

“O parecer do Walter é uma boa notícia, porque é neutro e busca consenso em um tema que divide os senadores e preserva as receitas dos Estados”, diz Ferraço. O que está em dúvida, porém, é o risco judicial de manter as variáveis fixas hoje em vigor para 90% da partilha nessa fase de transição até 2018.

Se forem mantidos os atuais critérios, admite Ferraço, o risco é que Estados que se sintam prejudicados recorram ao STF, que pode entender que o Congresso prorrogou o que a Corte já havia declarado inconstitucional.

Pinheiro assegura que a votação do FPE ocorrerá este ano. Ele nega acordos de cúpula entre Congresso

e Judiciário para ampliar a vigência do rateio atual.

ATAQUE

Crítico, o senador Raulo Rodrigues (PSOL-AP) diz que o Congresso garante privilégios de “meia dúzia” e perpetua uma “fraude que já é a lei atual”. Ele promete obstruir a votação e ir ao STF. “Isso é um golpe na federação, injustiça contra a maioria dos Estados para manter distorções a favor de Bahia, Maranhão e Ceará”.

Conforme o senador Romero Jucá (PMDB-RR), a ideia é votar o texto só na CAE e, aprovado regime de urgência, levá-lo em seguida a plenário, “pulando” outras comissões – os relatores das comissões de Justiça e de Desenvolvimento Regional darão parecer em plenário. “Dá para aprovar este ano”, frisa Jucá.

O FPE representa 8% da arrecadação do Estado (R\$ 721 milhões em 2011). O texto ainda precisa passar pela Câmara.